

A Produção da Cidade e de suas Representações: das Idéias Clássicas às Inflexões Recentes

Resumo

Este texto se propõe a apontar alguns dos pontos de inflexão nas idéias que conformaram as representações da cidade e nas concepções relativas à compreensão de seus processos de produção. Seus argumentos têm por base pesquisa documental e bibliográfica, bem como investigações recentes sobre processos que indicam algumas mudanças no quadro dos atores, das transformações e dos resultados de intervenção nas grandes cidades brasileiras. Duas chaves de leitura da cidade e de sua constituição recente parecem ser inéditas, demandando novos modos de reflexão, reconfigurações e modulações das representações clássicas sobre a cidade, sobre os processos de urbanização e sobre as formas de sociabilidade que conformam o solo de relações sociais. Trata-se dos novos processos financeirizados de produção da habitação, em que se misturam habitação social e de mercado; e dos modos pelos quais a vida urbana vem sendo pautada pelas novas combinações entre legalidades e ilegalismos, pelas “dobras entre o legal e o ilegal”, em especial nos territórios destinados à moradia e à vida das camadas populares. Talvez se possa, a título de conclusão parcial, especular sobre os vínculos, mais ou menos explícitos, mais ou menos ocultos, entre esses dois processos em curso no Brasil. Estaríamos diante, por hipótese, de um novo modo de leitura da cidade e de seu correlato historicamente construído – a questão social brasileira.

A elaboração deste texto foi suscitada a partir do diálogo entre duas pesquisas recentemente finalizadas. A primeira delas se refere a uma investigação a respeito das formas de representação e das chaves de leitura que conferiam inteligibilidade à *cidade brasileira*, isto é, aos processos de modernização e urbanização e à vida urbana no Brasil, sob a ótica das ciências sociais. Enfatizava, especialmente, as grandes correntes que constituíram o *mainstream* da sociologia no Brasil, para além dos enfoques recentes que diferenciam a chamada “escola paulista” das outras “escolas” que contribuíram para constituir a reflexão sociológica brasileira. A segunda trata da produção de habitação pelo mercado imobiliário e suas articulações com o Estado e o capital financeiro, empreendida, sobretudo, a partir de meados dos anos 2000.

Apesar de não tratarem do mesmo tema, uma questão fundamental as atravessa: as permanências e as alterações em relação às representações da cidade e das concepções relativas a seus processos de produção, desde a década de sessenta até o momento presente. Em primeiro lugar, buscamos explicitar as chaves de leitura sobre a cidade e seus pontos de inflexão em textos e autores brasileiros. Em segundo, procuramos apresentar as novidades analíticas e empíricas trazidas pelas dimensões contemporâneas da produção da cidade, que acabam por reconfigurar as abordagens e perguntas clássicas e por constituir novas inflexões.

Estamos, assim, diante da construção da cidade como questão social durante o “longo século XX” e de sua modulação contemporânea. Nessa trajetória, argumentamos que os modos de integração da população urbana deslizam do imaginário constituído pela dinâmica da modernização e da formação, de classes e do conflito para outra dinâmica, que vincula empresariamento (“protagonismo” do mercado e do consumo) e informalidade, porosidades e liminaridades entre legalidade e ilegalismos.

Do lugar da integração dos trabalhadores à cidade como cena e seus personagens

No cenário do pós-guerra, sob o signo do moderno e do registro acadêmico das ciências sociais no Brasil, a cidade, os processos de urbanização e as formas de sociabilidade urbana se conformaram como objeto privilegiado e como sinônimo de modernidade e de modernização, de democratização e de industrialização. Pátria do desenvolvimentismo, lugar de uma politização ambígua, sob o signo das formas populistas de engajamento da população urbana, a cidade foi transformada em tema de reflexão e de pesquisa pelo ângulo da indústria e de seus significados, entre os quais, a transformação das relações entre os habitantes das cidades em um manto tecido por relações de classe, reais ou potenciais. Desse ponto de vista, é instigante recuperar e reler um conjunto de textos e autores em que as questões urbanas se configuravam a partir da realização e

da existência de um solo de relações e de “modos de vida de classe” ou ainda de “experiências de classe” ou ainda da sua ausência.¹

Cabe, sobretudo, notar que as camadas de baixa renda das cidades brasileiras eram frequentemente associadas a palavras e expressões que tinham nos conteúdos de classe, reais ou imputados, seu sentido e sua força. Os trabalhadores, “a classe trabalhadora”, a “classe operária”, a população em condições de “marginalidade” (nos serviços precários, o “terciário inchado”, trabalhadores informais) seriam então passíveis de integração pela expansão do trabalho assalariado, visto como forma de modernização e contratualização, como marco de aquisição de uma cidadania regulada² – à época, certamente melhor do que nenhuma – das relações sociais no Brasil.

Um corte, porém, viria a interromper essa trajetória que associou cidade, indústria e desenvolvimento na chave da modernização brasileira e latino-americana. No avesso e no combate às formas de subdesenvolvimento, suspendeu-se, pelos eventos de março de 1964, o ciclo de representações das virtudes associadas à progressão e à vinculação entre indústria, classes sociais e seus modos de vida urbana, ou seja, a integração social pensada a partir da extensão do trabalho ou da incorporação – também pelo trabalho precário e informal – das populações “marginais”³, vistas ou não como exército industrial de reserva.

A partir do advento da ditadura militar foi, assim, possível identificar alguns dos pontos de inflexão que dariam origem a um conjunto nada desprezível de transformações. O que significava o processo de modernização conservadora que teria origem nos anos sessenta, se estendendo até o final da década seguinte? Que tipo de integração seria possível esperar com a guinada à direita promovida pelos governos militares? Por meio dessas questões e de algumas de suas respostas, foi possível perceber como esse ponto de inflexão nas vidas e obras dos fundadores de algumas das mais importantes tradições sociológicas brasileiras marcava a produção e as representações da cidade e da vida urbana como padrão e forma de integração, como enquadramento e moldura da possibilidade de ação no Brasil dos primeiros anos de ditadura. Também foi nesse âmbito que as cidades, em especial as grandes cidades brasileiras, começaram a ser tematizadas e lidas a partir de novas chaves que produziram algumas das obras mais significativas na história do pensamento social brasileiro.

A passagem dos anos setenta para os anos oitenta constituiria outra chave de leitura para a cidade e sua dinâmica: os chamados movimentos sociais ou movimentos sociais urbanos. Essa chave permitiu que ganhasse o primeiro plano a idéia de carências urbanas que, por sua vez,

¹ Cf. ROMÃO, 2006, FERNANDES, 1964 e 1968; PEREIRA, 1965; RODRIGUES, 1966; além das obras de Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e outros.

² SANTOS, 1987.

³ A expressão marginalidade localizava populações de inserção precária no mundo do trabalho, em especial, no setor chamado “terciário atrasado”, fenômeno supostamente vinculado ao subdesenvolvimento. Autores como Luís Pereira e Maria Célia Paoli (1974) discutiram o tema. No início dos anos setenta, essa questão faria parte de um texto polêmico sobre o desenvolvimento e o desenvolvimentismo: ver Oliveira, 1972. Ver também: KOWARICK, 1974.

apontava para a compreensão e a visibilização das desigualdades de condições de vida, como marca da produção das cidades regida pela modernização conservadora, que operava a partir do Estado crescentemente centralizado, pesadamente autoritário. O pano de fundo dessas questões acabava por trazer um contraponto que seria discutido com peso cada vez maior ao longo da década e que influenciaria sobremaneira a reflexão sobre as cidades brasileiras.

Por um lado, constatava-se que, ao contrário das expectativas anteriores, as camadas pobres das grandes cidades provavelmente não mais poderiam ser pensadas como alvos futuros de uma integração que associasse indústria, assalariamento e melhores condições de vida, já que a ditadura empreendia políticas de expansão industrial, acompanhada de margens significativas de arrocho salarial e de processos repressivos que obstaculizavam a organização sindical e política dos trabalhadores. Além disso, um assalariamento que rotinizava o rodízio e as demissões de trabalhadores e uma constatação sociológica que via na “classe” a persistência do pesado fardo do atraso, da origem rural e das relações patrimoniais nublavam os horizontes positivos da modernização pensada como integração, contratualização, modernização.

Por outro, no final da década, com os movimentos sindicais e manifestações de apoio às greves do ABC paulista, novos temas e novas questões tomavam corpo: tratava-se do contraponto entre Estado e sociedade civil acompanhado de mapeamentos fortemente ideologizados. A idéia de *virtude* associada aos movimentos sociais e às formas mais ou menos populares de organização, que apontavam para uma sociedade civil como sede da ação política e dos processos e anseios de democratização, permitia desnaturalizar e problematizar as desigualdades e seu desenho urbano.

O Estado e seu caráter autoritário, centralizado, burocratizado, ganhava o sinal contrário: lugar dos circuitos viciosos; sujeito de um conjunto de equívocos que era preciso identificar e combater; instituinte de um conjunto de empresas que desenhavam um setor produtivo estatal crescentemente autonomizado, em que se entrelaçavam favores, grupos e capitais, constituindo uma espécie de *machina machinarum* fora de qualquer controle social. Sua legitimidade declinava rapidamente ao som e à luz de formas inéditas de organização e ação que pareciam apontar que a política tinha mudado de lugar, enraizando-se nos cotidianos, nos pontos de ônibus, nos salões paroquiais, nas reuniões de mulheres, pelos territórios populares das metrópoles brasileiras. Nesse quadro, uma das mais importantes chaves de leitura da cidade e de seus processos de constituição, devidamente politizados (no contraponto à questão e dimensão técnicas, por exemplo, ou mesmo simplesmente sociais) foi constituída a partir dos movimentos sociais – novos personagens que entravam em cena, como queria Eder Sader⁴ ou mesmo sujeitos coletivos de novo tipo que reconfiguravam o presente e o passado à luz da idéia de “protagonismo” da sociedade civil.

⁴ SADER, 1990.

Todo o mapeamento dessas lutas e movimentos na produção da cidade e na sua politização se faria acompanhar de um primeiro deslizamento semântico que atrelaria a leitura sociológica da cidade à visibilidade e à compreensão de uma mistura heterogênea de atores e de mobilizações – mulheres pobres, comunidades de base, movimentos de moradia, ocupações de parcelas de terra pelas periferias, experiências de autogestão, assessorias técnicas devidamente politizadas, igrejas e correntes religiosas, movimentos de favelados, ao lado de movimentos e formas de organização sindical e política reconfigurados. Entre esses últimos, o Partido dos Trabalhadores emergiu como grande novidade histórica no âmbito brasileiro e latino-americano, visto e vivido como bastião dos processos que poderiam constituir um novo solo para a ação política brasileira. Afinal, esses novos atores se deixavam ver, permitindo um conhecimento das experiências de classe, das experiências da cidade, talvez ainda experiências da cidade como experiência de classe.⁵

A “sociedade civil” e seus atores, suas esferas de interlocução e ação, ganhavam o que passou a ser chamado de “protagonismo” dos novos sujeitos coletivos, no contraponto às idéias de apagamento e de falta que caracterizavam até então as representações e as formas de compreensão das relações entre Estado e sociedade civil na história brasileira. Ainda nesse contexto, mesmo que a classe operária, ou classe trabalhadora, cedesse lugar para “as classes populares”, a dinâmica das classes nas lutas pela cidade era, ao mesmo tempo, indicador de leitura e modo de compreensão das formas urbanas de sociabilidade. Tratava-se, então, de ler e compreender quem eram os trabalhadores urbanos para além das situações de silenciamento e de cooptação – como no caso dos sindicatos, por exemplo, alargando em muito a leitura e a compreensão do que era a cidade como modo de existência.⁶

Curiosamente, na chave dos movimentos sociais era possível dar espessura e densidade à realidade e à experiência das classes populares e assim sair do quadro de uma reflexão bastante categorial, ainda pulsando sob a força de um certo marxismo de corte estrutural. Possibilitava, finalmente, conhecer e reconhecer quem era o trabalhador urbano das grandes cidades, talvez em especial Rio de Janeiro e São Paulo mas, aos poucos, também de outras regiões metropolitanas, a partir das noções de experiência e de múltiplas investigações de cunho etnográfico. Assim, duas concepções ganhavam centralidade: a idéia de sociedade civil e as classes, não como lugares vazios, mas como experiência da exploração, da cidade, do conflito.⁷ Essas duas dimensões, devidamente recobertas pela concepção de sujeitos históricos, foram transformadas em sedes

⁵ Cf. PAOLI, SADER e TELLES, 1984.

⁶ Cf. CÂNDIDO *et al*, 1975 e Kowarick (2000 e 2008) .

⁷ No contraponto à tônica estrutural de uma leitura marxista dominante até então, é possível perceber a grande presença da noção de experiência a partir de E. P. Thompson e da poderosa revisão historiográfica britânica durante esse período. Assim também parte significativa das etnografias fabris, de bairro, de formas de organização popular passava pelo crivo de uma concepção que punha em tela um fazer-se (real ou presumido) da classe trabalhadora brasileira em suas cenas cotidianas e em suas múltiplas formas de existência.

das virtudes políticas e de processos de politização da questão urbana, cada vez mais permeável à discussão da democratização da sociedade brasileira.

Deslizamento e transformação nas leituras da cidade

Se os anos oitenta trouxeram dimensões centrais para a concepção de cidade e de vida urbana, os anos noventa seriam marcados por um primeiro esvaziamento da legitimidade, do protagonismo e da centralidade dos movimentos sociais como chave de leitura da cidade. Eles marcam, conforme alguns autores, uma primeira crise das representações clássicas. Se na década de oitenta, a chave dos movimentos, da autonomia da sociedade civil e das lutas democráticas colocava em primeiro plano a idéia de luta pela cidadania – e a bandeira do direito à cidade, tantas vezes empunhada pelo movimento nacional pela Reforma Urbana, foi uma das linhas mestras dessa reflexão –, a década seguinte seria marcada pela institucionalização da democracia formal, pelas múltiplas experiências de democracia participativa principalmente no âmbito municipal e pelo declinar das esperanças nas virtudes dos “encontros entre sociedade civil e Estado”.⁸ Essas virtudes foram devidamente transformadas, conforme alguns autores, em *confluência perversa* entre o suposto protagonismo da sociedade civil e a desresponsabilização do Estado, em relação ao que se configurou como “a questão social brasileira” espacializada na cidade e na metrópole.⁹

Entre os anos noventa e a primeira década dos anos 2000, um leque de novos temas e chaves de leitura conformaria a questão urbana e social. Ganhavam corpo os temas da governança e governabilidade, fortemente inspiradas na chamada governança corporativa; das políticas sociais e políticas urbanas; da dinâmica pendular Estado e mercado, a partir da idéia das parcerias tanto em relação aos processos de intervenção quanto em relação à filantropização e refilantropização da pobreza; da financeirização, globalização e grandes projetos; da fragmentação urbana e do fim da idéia de totalidade; e, finalmente, o tema das violências e dos ilegalismos, em suas múltiplas formas e expressões na cidade.

Lembrando a expressão weberiana relativa ao paradoxo das conseqüências, as duas últimas décadas viram nascer a passagem do protagonismo da sociedade civil para a nova gestão, administração e pacificação da pobreza, no avesso da legitimidade dos conflitos e da construção da questão da desigualdade como questão social. Assim também o lugar e o papel do Estado – marcado por uma dinâmica concebida como pendular em relação à sociedade civil e ao mercado – se transformariam, passando a serem concebidos como fronteiras atravessadas por dinâmicas que emaranham as distinções clássicas e suas polarizações.

⁸ Ver: DAGNINO, 2002.

⁹ A expressão “confluência perversa” é de DAGNINO, op. Cit.

Talvez ainda seja necessário indagar de que modo se transformaram, se “rotinizaram” e se adaptaram as experiências inovadoras dos anos oitenta, destruindo suas dimensões políticas, para uma nova roupagem técnica – isto é, transformando as práticas, os núcleos associativos e os processos de politização das dimensões urbanas em tecnologias sociais e de gestão, em empresariamento e auto empresariamento, em empreendedorismo social ou não. Assim, por exemplo, pode-se perseguir o fio de Ariadne das assessorias técnicas aos movimentos sociais pouco a pouco transformadas em ONGs, OSs e OSCIPs e, posteriormente, substituídas ou transformadas em grandes empresas de gestão das questões sociais relativas à habitação e/ou urbanização de favelas. Ou ainda, perceber os deslizamentos que tornariam as dimensões de desigualdade de acesso à habitação em nichos de mercado, reduzindo a questão das classes a estratos de renda e encolhendo ou mesmo invisibilizando as dimensões da cidade como lugar do conflito e do conflito de classe, em particular.¹⁰ Essas transformações configuraram duas chaves emergentes para a leitura da cidade que ocuparão as próximas sessões deste texto.

A cidade como nicho de mercado

A partir do final dos anos noventa, por um lado, uma parte das experiências de produção da cidade para as classes populares foi absorvida como programas institucionalizados pelo Estado brasileiro, que passaram a ser vistos sob a chave da “habitação de interesse social”. De lideranças políticas na disputa pela cidade, esses atores passaram a ser vistos como “público alvo” de programas habitacionais. Por outro lado, na primeira década deste século, outra parte dessas mesmas classes pôde ascender socialmente e engrossar a agora considerada “classe C”¹¹ que, por sua vez, foi descoberta como um nicho promissor e lucrativo para o mercado imobiliário.

Se anteriormente a leitura da cidade poderia ser feita sob a chave do encontro entre sociedade civil e Estado, nos últimos anos, ela não mais pode desconsiderar a confluência entre Estado e mercado – a que se soma mais recentemente o capital financeiro. Dessa confluência, derivaram-se tanto os grandes projetos urbanos em metrópoles brasileiras (sobretudo, São Paulo), na perspectiva de integração ao mercado financeiro mundial¹²; como a produção de empreendimentos de espaços urbanos padronizados, privatizados, fechados e destinados para residências da “classe C” – que se espalharam pelo território nacional.

Até a década de 1990, os empreendimentos residenciais de alto padrão pautavam esse tipo de produção do mercado imobiliário, em empreendimentos freqüentemente murados¹³. A partir de

¹⁰ Cf. KOWARICK, 2000 e 2009.

¹¹ Pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas, baseada nos dados de renda domiciliar mensal, classifica famílias que recebem entre R\$1.064,00 e 4.591,00 como a classe C. Ver: NERI, 2008.

¹² Sobre o processo de “servidão financeira” dos países emergentes, ver: PAULANI, 2008. Sobre a atuação do mercado financeiro na produção do espaço da cidade de São Paulo, ver: FIX, 2007; FERREIRA, 2007; CARLOS, 2009.

¹³ Caldeira já apontava para esse padrão urbano e para os investimentos que o caracterizam, utilizando a expressão bastante discutível de “enclaves fortificados”. Reproduzimos o trecho que contextualiza essa formulação: “Sobrepostos ao padrão centro-periferia [que predominou entre os anos 40 e 80], as transformações recentes [entre 80 e 90] estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros

meados dos anos 2000, essa mesma concepção de espaço foi traduzida para a habitação da “classe C”. Esse tipo de produção foi fomentado por mecanismos jurídicos e institucionais e se redesenhou com a entrada do capital financeiro nas grandes empresas construtoras e incorporadoras e com o aumento de recursos dos principais fundos públicos e semipúblicos – o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) –, do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).¹⁴

Com essa junção de recursos públicos e privados, nos últimos anos, vem ocorrendo um rápido crescimento da produção habitacional dessas grandes empresas, voltada para um público que pode acessar o crédito habitacional e que, anteriormente, não era atendido pelo mercado formal, operacionalizado pelo SFH. Trata-se do *segmento econômico*, assim denominado pelo setor imobiliário, que se voltou para a produção de imóveis residenciais com valores de até R\$ 200.000,00, destinados às famílias com renda mensal entre três e dez salários mínimos. Esse segmento lançou, em 2006, aproximadamente oito mil e quinhentas unidades habitacionais (em diversas cidades brasileiras), ao passo que, em 2008, foram mais de setenta e oito mil – ou seja, o número de unidades produzidas aumentou aproximadamente nove vezes em apenas dois anos.¹⁵

O padrão desse tipo de produção pode ser resumido em três modalidades básicas: conjuntos de edifícios verticais; empreendimentos horizontais; e uma combinação das duas modalidades anteriores no mesmo terreno. A característica transversal a essas modalidades se refere ao modo como elas dialogam com a cidade: a partir da guarita situada entre os muros que circundam todo o empreendimento. No caso dos *enclaves* para a “classe C”, se assim poderíamos chamá-los, houve a cópia reduzida da “classe A”. Na maioria dos casos, não são reproduzidos espaços de consumo e de trabalho nos empreendimentos do segmento econômico, simplesmente porque eles não “cabem”, literalmente, na área do terreno. Os espaços de lazer, por sua vez, são reduzidos àquilo que sobra entre as edificações, já que o princípio de implantação das edificações é de ordem econômica, redundando em uma taxa de ocupação máxima, em detrimento dos espaços livres, de lazer e circulação. Porém, vale notar que há empreendimentos suficientemente grandes para comportar e reproduzir a estrutura de um bairro, contemplando também os espaços de consumo, lazer e trabalho.

Quanto à localização, esses empreendimentos podem estar situados próximos tanto das camadas de renda mais altas quanto mais baixas, e se encontram, em geral, nos vetores de expansão ou

e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que eu chamo de ‘enclaves fortificados’. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento” (CALDEIRA, 2000, p. 211).

¹⁴ Quanto ao volume de recursos, em 2003, o valor total contratado pelo sistema SBPE-FGTS foi por volta de cinco bilhões de reais e em 2008, esse valor excedeu quarenta bilhões.

¹⁵ Dados obtidos nos relatórios das empresas, organizados por SHIMBO (2010). Cf. Embraesp (2010), entre 2005 e 2009, os lançamentos de imóveis para a “baixa renda” mais do que triplicaram na Região Metropolitana de São Paulo, ocorrendo um aumento de 350%. (PACHECO, 2010).

de adensamento das cidades.¹⁶ Mas, a situação do “enclave” altera seu conteúdo e sentido dependendo do contexto de sua inserção em contextos metropolitanos ou não-metropolitanos. Por exemplo, no caso do estado de São Paulo, as relações urbanas do “empreendimento” situado na franja de uma cidade de 250 mil habitantes são diversas daqueles localizados nas periferias de uma capital com 11 milhões de habitantes. Se o mesmo padrão arquitetônico e urbanístico é repetido nos dois contextos, torna-se claro que o diálogo com a cidade não está em questão nos processos de concepção e de construção desses empreendimentos.

A inserção desses empreendimentos fechados padronizados, em grande escala, traz questões fundamentais para o campo da arquitetura, do urbanismo e das ciências sociais: Qual representação de cidade se constrói e quais identidades se formam a partir de pedaços do território que são padronizados e repetidos indefinidamente? Quais cidades estão sendo produzidas por este tipo de agente imobiliário, que faz as vezes do proprietário de terras, do incorporador, do construtor e do vendedor, ao mesmo tempo?

Na discussão sobre a cidade nas ciências sociais, desde a década de 1970, desenhava-se um percurso e uma busca de explicação da dinâmica da produção do espaço urbano a partir do estudo dos promotores imobiliários e de sua atuação na estruturação das cidades. Autores como Harvey (1982), por exemplo, procuraram caracterizar as facções do capital que interferiam na produção e no uso do ambiente construído, distinguindo, analiticamente, a facção do capital que procurava a apropriação da renda (proprietários de terra, empresas imobiliárias, intermediários financeiros e investidores); a que procurava juros e lucro advindos da construção de novos elementos na construção (os interesses da construção); o capital em “geral” que encararia o ambiente construído como uma possibilidade de canalizar a riqueza excedente e como conjunto de valores de uso; e a força de trabalho, que se utilizaria do ambiente como meio de consumo e de sua própria reprodução.

A questão agora seria pensar como todo esse esquema pode se concentrar apenas em uma empresa e quais seriam os desdobramentos de sua atuação na produção, não só de habitação, mas da cidade como um todo. Essa concentração de funções pode significar transformações no processo de estruturação e de gestão dessas empresas. Por outro lado, as disputas que antes poderiam ocorrer entre diferentes agentes do ciclo de produção (inclusive, futuros moradores, como ocorreu na década de oitenta) estariam circunscritas à esfera interna da própria empresa – o que parece representar um encolhimento e uma despolitização do debate sobre a produção da cidade e de seu caráter fundamentalmente público.

Nesse sentido, as decisões quanto à localização dos terrenos e às características dos futuros empreendimentos (que impactam sobremaneira no espaço intraurbano), bem como a estrutura de produção e o preço de venda das unidades residenciais são pautadas por um conjunto de

¹⁶ Cf. Caldeira (op.cit.), caracterizando os “enclaves fortificados”.

diretores e executivos de uma mesma organização, cujo objetivo último é a extração do lucro advindo dessa produção. Recentemente, os investidores do mercado de capitais somam-se a esse conjunto.

Abramo (2009) destaca o retorno da “mão inoxidável do mercado” na *cidade neoliberal*, na qual, o mecanismo de coordenação das decisões de uso do solo está nas mãos do próprio mercado – diferentemente do período fordista, quando havia alguma mediação do Estado nessas decisões. O mercado estaria, assim, na coordenação da produção das *materialidades* urbanas tanto pelo processo de privatizações de empresas públicas urbanas como pela hegemonia do capital privado na produção das materialidades residenciais e comerciais. Entretanto, para que o mercado tome essas decisões quanto à produção da *cidade neoliberal*, ele requer necessariamente recursos públicos e aparatos jurídicos e institucionais que sustentem sua atuação. Ocorreria, então, uma inflexão fundamental na articulação entre Estado e mercado, sobretudo de ordem estrutural. Como apontou Francisco de Oliveira (1998), para se construir “o pretense mercado auto-regulado, que dispensaria tudo o mais a não ser os próprios critérios da lucratividade”, é necessário “muito Estado, muitos recursos públicos”.¹⁷ Nesse sentido, houve uma mudança recente das relações dos fundos públicos com os capitais privados e com os processos de reprodução da força de trabalho: os fundos públicos funcionariam como prerrogativa (“*ex-ante*”) das condições de reprodução e não mais como elemento posterior “*ex-post*”, típico do capitalismo concorrencial. Assim, a “per-equação da formação da taxa de lucro *passa* pelo fundo público, o que o torna um componente estrutural insubstituível”.¹⁸

Violência e Informalidade

Ao lado dessa articulação entre Estado e capitais privados e financeirizados, em suas novas relações, resta um outro circuito, igualmente potente, que conforma uma nova chave de leitura da cidade. Trata-se de formas importantes de trânsito e de mobilidade lateral entre o que poderíamos identificar como o “mundo do trabalho” e o “mundo do crime” – que se articula em diferentes registros entre o legítimo e o ilegítimo, ainda que vinculado aos ilegalismos e suspensões da lei como forma de ordenamento social e urbano. Esse trânsito vem sendo apontado em investigações recentes de cunho etnográfico na periferia da cidade de São Paulo¹⁹, diante da

¹⁷ OLIVEIRA, 1998, p. 13.

¹⁸ Ibidem, p. 21.

¹⁹ Cf. Seminário de Pesquisa “Ilegalismos, cidade e política: perspectivas comparativas de quatro metrópoles latino-americanas: México, Caracas, Buenos Aires, São Paulo”, Departamento de Sociologia da FFLCH da USP (2010). Merecem destaque pelo menos dois dos textos provenientes de pesquisas recentes: ver V. Telles “Nas dobras do legal e ilegal”, Revista Dilemas IFCS/UFRJ (no prelo), e G. Feltran, “A gestão da violência nas periferias de São Paulo: interações entre ‘mundo do crime’, polícias e justiça estatal”. O primeiro aponta como “o modo como esse feixe de ilegalismos, novos, velhos ou redefinidos redefinem tramas urbanas, ordenamentos sociais e os jogos de poder. Com modulações diferentes, é a questão posta nas (...) ‘cenas descritivas’ aqui apresentadas: os ilegalismos difusos inscritos nas ‘mobilidades laterais’ das figuras contemporâneas do trabalhador urbano; os ilegalismos que passam pelos circuitos do comércio informal no centro nervoso da economia urbana da cidade; a periferia paulista onde todos esses fios se enredam e, também, o varejo da droga, em um plano crivado pela clivagem entre ilegalismos e ‘crime’”. O segundo aponta uma periodização que pode ser lida como sintoma: em uma abordagem etnográfica de um bairro periférico, o

“informalidade”, precariedade e vulnerabilidade que assolaram a maioria dos trabalhadores; do trânsito entre trabalho formal e “informal”; e, sobretudo, diante de um encolhimento significativo do trabalho fabril ou do trabalho formal.

Práticas como transportar drogas ilícitas, ou vender CDs piratas nas horas vagas, nos entremeios e tempos entre jornadas de trabalho mais “formal”, ou toda sorte de articulação ou de dobra entre o legal e o ilegal permitem, pelos novos processos que caracterizam o trabalho e o trabalhador urbano, perceber um deslizamento nada desprezível da leitura das cidades: não mais como territórios de conflito e de disputa pela apropriação de classe, mas como articulação, quase como *origami*, que ganha forma e legibilidade na e pela dobradura, no e pelo espelhamento entre legalidades e ilegalismos, entre o lícito e o ilícito. Essas dobraduras e espelhamentos, porém, também não poderiam ser mapeados pelo e no contraponto Sociedade Civil/Estado, ou mesmo Estado/Mercado, já que atravessam e modulam esses dois pólos, reconfigurando, talvez, a imagem da confluência perversa entre protagonismo da sociedade civil e desresponsabilização do Estado.

Trata-se assim de novas configurações e mediações que requalificam velhos clientelismos, relações pessoalizadas e matizadas pelo horror às distâncias²⁰, para além do âmbito da lei como ordenamento social e urbano. Por um lado, constata-se liminaridades, porosidades e indiferenciação – uma zona cinzenta como articulação entre legalidades e ilegalidades - trata-se da lei e de seus modos de suspensão, como dimensão que define práticas e territórios urbanos. Por outro lado, a idéia de dobradura e de dobra poderia permitir compreender tanto esses arranjos de práticas como os modos de sociabilidade da pobreza urbana territorializada, de seus regimes de visibilidade e invisibilidade contemporâneos.²¹

A plasticidade dos modos de aplicação da lei e os horizontes de regulação e a plasticidade dos ilegalismos que assim se constituem para além de suas fronteiras acabariam assim se constituindo em chave de uma nova leitura da cidade, para além das esperanças dos anos oitenta e dos contrapontos e supostas perversidades dos anos noventa. Entretanto, essa dimensão não é

texto fala de uma São Paulo “pós-PCC”, pacificada pela hegemonia do Primeiro Comando da Capital. Ver também: CABANNES e GEORGES, 2009.

²⁰ Cf. Sérgio Buarque de Holanda. Ver: HOLANDA, 1979.

²¹ Ver sobre isso algumas formas também dotadas de plasticidade na definição de seu caráter. Uma delas – a ATRITO, localizada em Cidade Tiradentes, na periferia leste de São Paulo – foi detectada em descrição etnográfica por Georges e Rizek (2008) sendo auto definida ao mesmo tempo como associação de moradores, ONG, cooperativa, empresa, gestora de territórios, Organização Social. Esse caráter móvel e plástico parece ser uma das formas de trabalho e de sociabilidade que marcam as dimensões urbanas do presente, sobretudo na escala das metrópoles. Outro exemplo é a reedição/rearticulação dos mercados de proteção que permeiam o comércio de rua em várias cidades brasileiras. Esse comércio ocupa, na cidade de São Paulo, 200.000 pessoas e responde por 6% do PIB do país. Em texto sobre o trabalho informal, Georges comenta: “... os mercados de proteção persistem, na própria medida em que o imbricamento do legal e ilegal é constitutivo dessas atividades, sendo ainda alimentado pela alta rentabilidade dos negócios provenientes da venda de produtos importados ilegalmente (principalmente vindos de países asiáticos) ou de cópias de produtos de marca. Esse “mercado de proteção” condiciona o acesso e a manutenção na profissão pelo controle do espaço, delinea-se em função da definição pelos poderes públicos dos territórios onde a atividade de comércio ambulante é tolerada, controlando, em grande medida, o acesso a esses lugares e outros espaços de concentração do comércio de rua.” Ver: Georges, I. “Travail Informal et représentation syndicale”, in : Cabanes e Georges, 2009.

uma marca e uma distinção dos territórios da pobreza, já que atravessa intervenções, usos e apropriações da cidade empreendidos tanto pelas chamadas “elites” da sociedade brasileira, como por empresas, formas de especulação do mercado imobiliário formal e informal, ainda que possa se constituir em perspectiva de compreensão das novas formas da desigualdade.

Talvez seja possível ainda indicar, a título de hipótese que, de um lado, a naturalização do mercado articulado ao Estado na produção da habitação, da cidade e de suas novas formas de expansão ganha legitimidade por meio de um conjunto de representações do perigo, que pede medidas securitárias fortemente transformadas em negócio e em especulação imobiliária redesenhando as cidades. De outro, de modo articulado, ou em novas dobras e dobraduras entre legalidades e ilegalidades, se possa entrever redefinições e/ou transformações mais ou menos significativas nas formas de ordenamento de populações e territórios urbanos, a partir de novas relações mais porosas, menos estanques, marcadas por todo tipo de transitividades, pela presença e suspensão da lei e da formalidade, por ordenações fluidas entre o “mundo do crime” e o “mundo do trabalho”.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Pedro. A cidade com-fusa: mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes cidades latino-americanas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13, 2009, Florianópolis – SC. Anais... Florianópolis: ANPUR, 2009. (CD-ROM).
- CABANNES, Robert; GEORGES, Isabel. *São Paulo, La Ville d'en bas*. Paris: L'Harmattan, 2009.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2000.
- CAMARGO, Cândido P. Ferreira de. et al. *São Paulo 1975: Crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1975.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. *Estudos Avançados*, v. 23, n. 66, pp. 303-314, 2009.
- DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil e Espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Gráfica da USP, 1964.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. *O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FIX, Mariana. *São Paulo Cidade Global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- GEORGES, I. e RIZEK, C. S. – A periferia dos direitos – Texto apresentado ao Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, 2008
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço e Debates*, n. 6, jun/set. 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

- KOWARICK, Lúcio. Capitalismo, Dependência e Marginalidade Urbana na América Latina: uma contribuição teórica. *Estudos CEBRAP*, n.8, p. 79-92, abr. / jun. 1974.
- _____. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- _____. *Viver em Risco*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- NERI, Marcelo Cortes. (coord.) *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à Razão Dualista. *Estudos Cebrap*, n. 2, 1972.
- _____. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PACHECO, Paula. Baixa renda atropela imóvel de luxo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 fev. 2010. Economia, p.B8.
- PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 3-6, p.129-149, 1984.
- PAULANI, Leda. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008. Sobre a atuação do mercado financeiro na produção do espaço da cidade de São Paulo.
- PAOLI, Maria Célia. *Desenvolvimento e Marginalidade*, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1974.
- PEREIRA, Luis. *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1965.
- RIZEK, Cibebe Saliba. Da cidade ao seu avesso. São Paulo, mimeo, 2002.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito Industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- ROMÃO, Wagner de Melo. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do Cesit*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1987.
- SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.